



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça-se

Publique-se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A 2 de Abril de 2009 requeri ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações “**Cópia do Contrato da Concessão Rodoviária do Baixo Alentejo bem como dos eventuais anexos ou adendas associadas ao mesmo**” .

A 2 de Julho de 2009, três meses depois, respondeu-me o Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que o contrato “...foi assinado no dia 31 de Janeiro de 2009 entre a EP – Estradas de Portugal, S.A. e o Grupo Estradas da Planície.” e que “Não sendo o MOPTC parte neste contrato, nos termos e para os efeitos da alínea d), número um, do artigo 14.º, da Lei 46/2007, de 24 de Agosto, **informamos que não possuímos o documento e que remetemos este pedido para a EP – Estradas de Portugal, S.A..**”

Decorrido mais de um mês desde a referida resposta continuo a aguardar a cópia solicitada o que é absolutamente inadmissível e exige um cabal esclarecimento por parte do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Desde logo não é admissível que tenham sido necessários três meses para responder que o seu Ministério não possuía o contrato requerido e que tinha remetido para a Estradas de Portugal o requerimento por mim apresentado. O Senhor Ministro deve saber que é ele quem tem que prestar contas aos Deputados da República e aos portugueses e não as entidades que estão sob a sua tutela.

Por outro lado afirmar que o seu ministério não tem uma cópia de um contrato de

concessão pelo qual é efectivamente o verdadeiro e primeiro responsável o qual "...tem como objectivo assegurar a coesão territorial, através de uma ligação de qualidade (com perfil de auto-estrada) entre o Litoral e o Interior do Alentejo, bem como melhorar os acessos a duas infra-estruturas cruciais para o desenvolvimento da capacidade logística comercial e económica daquela Região: o Porto de Sines e o futuro Aeroporto Internacional de Beja...beneficiando directamente 280 mil pessoas." como ele próprio assume, na resposta que deu ao meu requerimento, mostra bem a forma pouco competente, desinteressada e no mínimo negligente como o seu ministério acompanhou todo este processo o que redobra as legítimas dúvidas já existentes sobre o verdadeiro teor deste vultuoso e até ao momento nebuloso negócio.

Será que o Senhor Ministro só não andou distraído para organizar repetidas e caras inaugurações e reinaugurações e promover luxuosos folhetos de propaganda e spots publicitários da referida concessão de forma a esconder os mais de 4 anos e meio de atraso que o seu governo somou ao arranque das obras? Ou será que estamos perante mais um dos muitos estratagemas, a juntar ao das Pirites Alentejanas, em que o actual Governo se tem mostrado perito para fugir à fiscalização da Assembleia da República, para esconder a forma ruínosa como tem conduzido os negócios do Estado e para fugir à prestação de contas a que por lei está obrigado?

Diz o velho ditado popular que: "Quem não deve não teme". Pelo teor das respostas recebidas a muitos dos requerimentos e perguntas que lhe foram sendo dirigidas ao longo da Legislatura o actual Governo parece temer e muito que os portugueses saibam a verdade sobre os negócios que foi fazendo e que, pelo que já hoje se sabe e até prova em contrário, foram bons e chorudos negócios para meia dúzia de grandes grupos económicos e financeiros mas foram maus e ruínosos para o País.

*Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., **ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, resposta às seguintes perguntas:*

1. *Vai o Governo tomar as medidas que se impõem para me entregar a "Cópia do Contrato da Concessão Rodoviária do Baixo Alentejo bem como dos eventuais anexos ou adendas associadas ao mesmo", como lhe requeri a 2 de Abril de 2009, ou seja há mais de 5 meses, ou vai continuar a arranjar pretextos para fugir ao controlo democrático e legal das suas decisões?*

Palácio de São Bento, sexta-feira, 7 de Agosto de 2009

Deputado(a)s

José Soeiro(PCP)